

Levantamento
das políticas de
ação afirmativa
gemmaa

A ação afirmativa no ensino
superior brasileiro (2011)

João Feres Júnior
Verônica Tostes Daflon
Luiz Augusto Campos

2011

Expediente

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP

Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa

gema.iesp.uerj.br

gema@iesp.uerj.br

Coordenador

João Feres Júnior

Pesquisadores Associados

Flávio Carvalhaes

Leonardo Nascimento

Luiz Augusto Campos

Veronica Toste Daflon

Estagiários

Pedro Ramos

Larissa Soares

Capa, layout e diagramação

Luiz Augusto Campos



ISBN 978-856726904-7



Levantamento das políticas de ação afirmativa (gema)

A ação afirmativa no ensino superior brasileiro (2011)

João Feres Júnior

Professor
IESP-UERJ

Verônica Tostes Daflon

Pesquisadora
IESP-UERJ

Luiz Augusto Campos

Professor
ECP-UNIRIO

O presente artigo é um levantamento e avaliação das diferentes modalidades de ações afirmativas raciais aplicadas na admissão às universidades públicas brasileiras. A partir da análise das leis e resoluções que instituem e regulamentam essas políticas, em cruzamento com os microdados da Educação Superior proporcionados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), traçamos um panorama da ação afirmativa no que diz respeito à sua magnitude, distribuição regional, iniciativa, beneficiários, proporção do benefício, procedimentos, condicionalidades, potencial inclusivo, entre outros eixos de investigação.

O GEMAA

GEMAA (Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa) é um grupo de pesquisa dedicado ao estudo da ação afirmativa, com inscrição no CNPq e sede no Instituto de Estudos Sociais e Políticos-IESP da UERJ. Além de aglutinar um conjunto de projetos de pesquisa acadêmica acerca da ação afirmativa, a partir de uma variedade de abordagens metodológicas e objetivos, o Grupo também organiza eventos e discussões sobre o tema. Mais informações sobre nossas pesquisas podem ser obtidas em nosso site <http://gema.iesp.uerj.br/>.

A presente pesquisa de análise institucional tem por objetivo proporcionar ao leitor uma melhor compreensão do desenho e dos aspectos procedimentais das políticas de inclusão adotadas por algumas universidades brasileiras no ano de 2011. Para este fim, estudamos os manuais dos candidatos e editais do vestibular das 70 universidades federais e estaduais que hoje adotam alguma modalidade de ação afirmativa no acesso aos cursos superiores. Foram

recenseadas apenas *universidades públicas federais e estaduais*, excluindo-se, portanto, universidades públicas municipais, faculdades, centros, institutos superiores, bem como instituições privadas. A partir desse levantamento, é possível refutar alguns dos mitos que se sedimentaram no imaginário coletivo em torno das políticas de ação afirmativa no decorrer da última década e, sobretudo, apresentar alguns dados que dimensionam melhor aspectos que envolvem essas políticas.

Quadro 1: Universidades com programas de ação afirmativa em 2011¹

Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
UEA	UEFS	UEG	UEMG	UEL
UEAP	UEMA	UEMS	UENF	UEM
UFPA	UEPB	UFG	UERJ	UENP
UFRA	UERN	UFGD	UFABC	UEPG
UFT	UESB	UFMT	UFES	UERGS
	UESC	UnB	UFF	UFPR
	UESPI	UNEMAT	UFJF	UFRGS
	UFAL		UFMG	UFSC
	UFBA		UFOP	UFSM
	UFMA		UFRRJ	Unioeste
	UFPE		UFSCAR	Unipampa
	UFPI		UFSJ	UTFPR
	UFRB		UFTM	Unicentro
	UFRN		UFU	
	UFRPE		UFV	
	UFS		UFVJM	
	UNCISAL		UNICAMP	
	UNEAL		UNIFESP	
	UNEB		Unimontes	
	UNIVASF		USP	
	UPE		UFRJ	
	UVA		UEZO	
			UFSJR	
Total: 5	Total: 22	Total: 7	Total: 23	Total: 13
Total no Brasil: 70				

Fonte: GEMAA.

¹ Listamos apenas universidades públicas federais e estaduais, excluindo, portanto, universidades públicas municipais, faculdades, centros, institutos superiores, bem como instituições privadas.

Distribuição das políticas no país

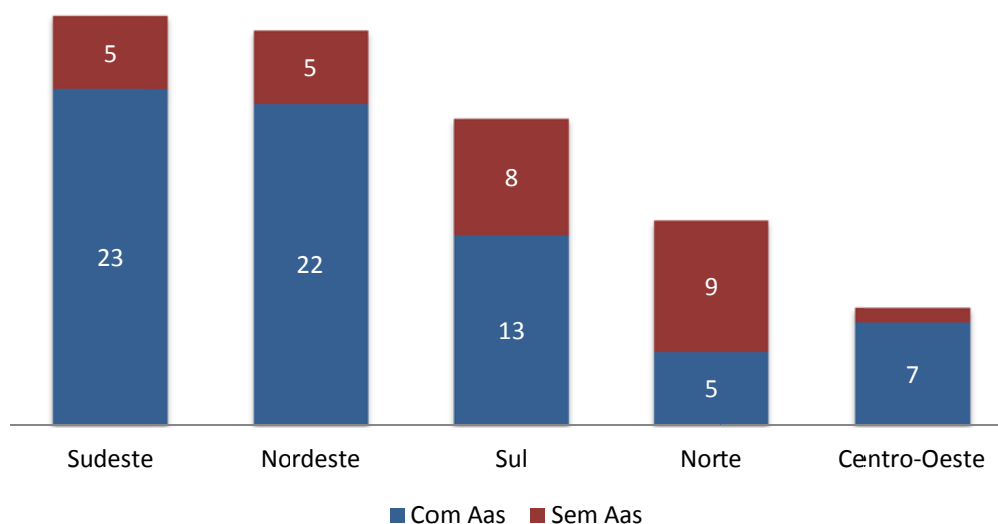
A despeito do debate midiático em torno do tema ter se concentrado em alguns casos particulares², as políticas de ação afirmativa em universidades públicas se distribuíram por todo o território nacional de maneira bastante homogênea, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 1: Quantidade de universidades públicas (federais e estaduais) com programas de ação afirmativa por região

Região	Com ação afirmativa³	Total de universidades na região	Percentual de universidades com AA
Norte	5	14	35,7%
Nordeste	22	27	81,5%
Centro-oeste	7	8	87,5%
Sudeste	23	28	82,1%
Sul	13	21	61,9%
Total	70	98	71,4%

Fonte: GEMAA.

Gráfico 1: Quantidade de universidades públicas (federais e estaduais) com e sem ação afirmativa por região



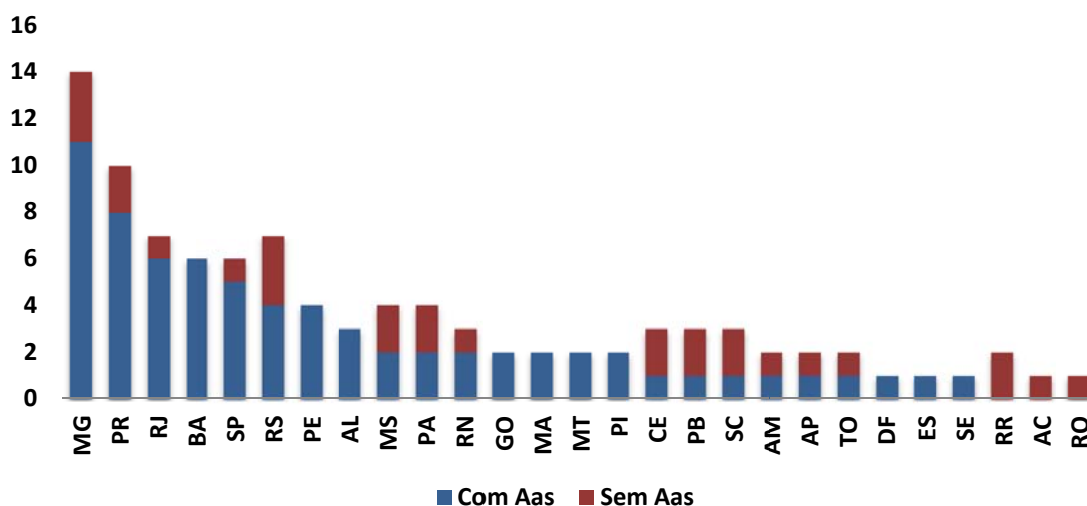
Fonte: GEMAA.

² Feres Júnior, João; Campos, Luiz Augusto; Daflon, Verônica Toste. Fora de quadro: a ação afirmativa nas páginas d'O Globo. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 2, p. 61-83, 2011.

³ Estão contabilizadas todas as modalidades de ação afirmativa, e não somente a racial.

Ao contrário da impressão que se possa ter a partir do debate midiático, a ação afirmativa não é um projeto futuro, mas uma realidade presente em mais de 70% das universidades públicas de nosso país, com presença na grande maioria dos estados da federação, como demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 2: Distribuição das universidades com e sem ações afirmativas nos estados



Fonte: GEMAA.

É interessante também notar que as ações afirmativas começaram a ser implantadas em universidades estaduais e que as federais demoraram alguns anos a aderir a esses programas, ainda que o tenham feito de forma acelerada a partir de 2008, como vemos na tabela abaixo.

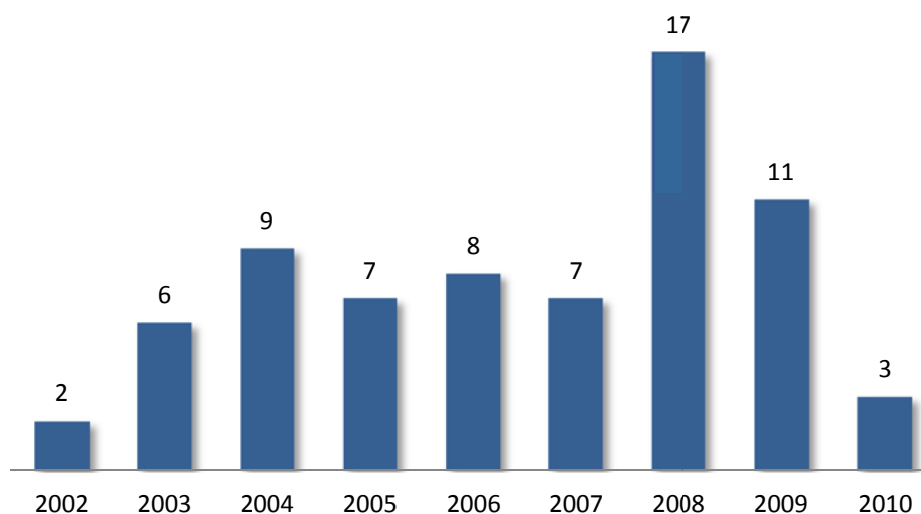
Tabela 2: Evolução da implantação de programas de ação afirmativa por ano e de acordo com o tipo de universidade

Ano	Universidades Estaduais	Universidades Federais
2002	2	-
2003	5	1
2004	7	2
2005	2	5
2006	4	4
2007	2	5
2008	5	12
2009	4	7
2010	1	2
Total	32	38

Fonte: GEMAA.

A evolução temporal da adoção dessas políticas, se tomarmos os números agregados (federais + estaduais) cresceu bastante até 2008 e a partir desse ano passou a sofrer algum declínio, que talvez se deva ao fato de o número de universidades públicas sem ação afirmativa se já pequeno, ou seja, há pouco espaço para o crescimento.

Gráfico 3: Evolução da implantação de programas de ação afirmativa por ano



Fonte: GEMAA.

Federal ou Estadual

Ainda que haja uma discussão sobre a criação de uma lei federal de regulamentação das políticas de ação afirmativa, em grande medida resultante da tramitação no congresso de pelo menos 3 projetos de lei sobre o assunto, quase metade dos programas de ação afirmativa em vigor em 2011 pertencem às universidades estaduais, que devido à autonomia universitária não são objeto de legislação federal.

Tabela 3: Quantidade de instituições com ação afirmativa conforme o tipo de universidade

Tipo de universidade	Nº/Total	%
Estadual	31/37	83%
Federal	39/61	63,9%
Total	70/98	71,4%

Fonte: GEMAA.

Política do governo federal?

Outro lugar comum no debate público é atribuir o surgimento e crescimento das políticas de ação afirmativa ao governo do presidente Lula, ou do PT. Na verdade, não há ainda qualquer legislação federal que regule tais políticas no país. Ademais, como mostra a tabela abaixo, a maioria dos programas de ação afirmativa foi criada por resoluções internas das próprias universidades, no exercício de sua autonomia.

Tabela 4: Número de universidades de acordo com o procedimento de adoção da ação afirmativa

Meio de adoção	Nº	%
Resolução de conselho universitário	54	77,1%
Lei estadual	16	22,9%
Total	70	100%

Fonte: GEMAA.

Ação afirmativa = cotas?

Ainda que as políticas de ação afirmativa tenham sido batizadas no debate público com o termo “cotas”, nem todos os programas seguem de fato esse modelo, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 5: Número de universidades de acordo com o tipo de ação afirmativa adotada

Tipo de Programa	Nº	%
Cotas	35	50%
Bônus	7	10%
Acréscimo de vagas	3	4,3%
Cotas e bônus	5	7,1%
Cotas e acréscimo de vagas	19	27,1%
Bônus e acréscimo de vagas	1	1,4%
Total	70	100%

Fonte: GEMAA.

Ainda que se agruparmos os dados, vemos que a modalidade cotas é de longe a mais comum.

Tabela 6: Número de universidades de acordo com o tipo de ação afirmativa adotada (agrupado)

Tipo de programa	N	%
Cota	59	84,3%
Bônus	13	18,6%
Acréscimo de vagas	23	32,9%

Fonte: GEMAA.

Ação afirmativa = cotas raciais?

Essa talvez seja a maior distorção produzida sobre o debate público acerca do tema. Na verdade, programas que utilizam categorias étnico-raciais não são sequer os mais comuns entre as modalidades de ação afirmativa no ensino superior público de nosso país. A modalidade que é de longe a mais praticada beneficia alunos oriundos da escola pública, que pode ser considerada um tipo de ação afirmativa social.

Tabela 7: Número de universidades de acordo com os beneficiários das ações afirmativas

Beneficiários	Nº	%
Alunos de Escola Pública	61	87,1%
Negro	40	57,1%
Indígena	36	51,4%
Deficiente	13	18,6%
Licenciatura indígena	6	8,6%
Quilombola	3	4,3%
Nativo do estado	3	4,3%
Baixa renda	2	2,9%
Professor da rede pública	3	4,3%
Interior do estado	3	4,3%
Filhos de policiais, bombeiros etc mortos ou incapacitados em serviço	2	2,9%
Mulher	1	1,4%

Fonte: GEMAA.

O debate público também se concentra quase que exclusivamente nos programas para negros, ainda que o número de programas para esse grupo seja muito próximo do número de programas de ação afirmativa para indígenas no ensino superior. Além disso, é muito importante salientar que *nenhuma*

universidade brasileira aplica um programa de ação afirmativa que contemple apenas candidatos negros. Em todos os 40 casos de universidades com ações afirmativas raciais, estas são acompanhadas pelo benefício a outros grupos, em especial a alunos de escolas públicas.

Em 2011, 37 das 40 universidades que contemplam beneficiários negros também têm programas de ação afirmativa para alunos de escolas públicas, além de outros beneficiários (indígenas, deficientes etc). As demais (UEMS, UnB e Unemat) têm programas para indígenas ou formação de professores para comunidades indígenas.

Quadro 2: Outros beneficiários dos programas de ação afirmativa em que há medidas de inclusão para candidatos negros (40 universidades)

	Negro	Escola Pública	Indígena	Deficiente	Outros
UERJ					
UENF					
UFRA					
UESC					
UFBA					
UFSC					
UEAP					
UFMA					
UFS					
UEG					
UEMG					
Unimontes					
UFSM					
Unipampa					
UEZO					
UFPA					
UNEB					
UFMT					
UFABC					
UFSCAR					
UFSJ					
Unicamp					
UEL					
UFRB					
UFPR					
UFRGS					
UFSJR					
UESPI					
UFAL					
UEFS					
UESB					
UNCISAL					
UFG					
UFJF					
UFMG					
Unifesp					
UEPG					
UEMS					
UnB					
Unemat					

Fonte: GEMAA.

Reservas acompanhadas pelo aumento da oferta de vagas

Vale ainda salientar que a quase totalidade das Universidades Federais que adotam políticas de ação afirmativa (92%) foram beneficiárias do Reuni (Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), que entre outras ações tem ampliado paulatinamente a quantidade de vagas ofertadas para alunos nos programas de graduação. Três universidades federais adotam medidas de ação afirmativa mesmo sem o Reuni e 19 Universidades Federais auferiram do benefício sem, contudo, adotar políticas inclusivas.

1. A quase totalidade (92%) das universidades federais que adotam políticas de ação afirmativa foram beneficiadas pelo Reuni, que criou novos *campi* e expandiu a quantidade de vagas.
2. 34% das universidades federais alcançadas pelo Reuni (um total de 19) não adotam medidas de inclusão, embora tenham sido desfrutado do aumento de vagas.

Tabela 8: Adoção de ações afirmativas de acordo da adesão ao REUNI

Beneficiária do Reuni?	Adotam-se AAs?		Total
	sim	não	
sim	36	19	55
não	3	3	6
Total	39	22	61

Fonte: GEMAA.

Benefício da classe média negra?

O argumento de que a ação afirmativa beneficia majoritariamente a classe média negra é outro lugar comum nos textos que a mídia publica sobre o assunto. Entretanto, ele está longe de ser verdadeiro, como mostra a tabela abaixo, na qual o total de 100% corresponde somente aos programas para negros (40, no total). Podemos ver que 75% desses programas exigem que os candidatos negros sejam também oriundos da escola pública, enquanto que 12,5% estabelecem critérios de renda e 2,5% combinam os dois critérios. Em

outras palavras, apenas 10% dos programas não estabelecem qualquer parâmetro socioeconômico para a entrada de candidatos negros.

Tabela 9: Critérios de corte socioeconômico dos beneficiários às ações afirmativas raciais

Critérios de corte	Nº	%
Escola Pública	30	75,0%
Renda	5	12,5%
Ambos	1	2,5%
Nenhum	4	10,0%
Total	40	100,0%

Fonte: GEMAA.

Tribunais raciais?

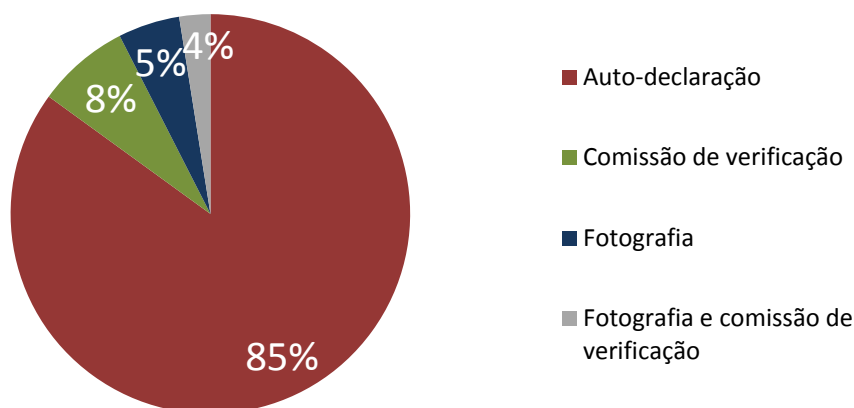
A Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 186) que contestou no Supremo Tribunal Federal a constitucionalidade das cotas tinha como um de seus pilares o argumento de que a comissão de verificação do programa de ação afirmativa da UnB era um ilegítimo tribunal racial. Contudo, se verificarmos a quantidade de programas de ação afirmativa de recorte étnico-racial que usavam esse procedimento em 2011, veremos que ela é francamente minoritária: 7,5%. A grande maioria dos programas (85%) usa o critério da autodeclaração, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 10: Critérios de corte socioeconômico dos beneficiários às ações afirmativas raciais

Procedimento de definição racial	Nº	%
Autodeclaração	34	85%
Comissão de verificação	3	7,5%
Fotografia	2	5,0%
Fotografia e comissão de verificação	1	2,5%
Total	40	100%

Fonte: GEMAA.

Gráfico 4: Porcentagem de universidades com ação afirmativa racial de acordo com o procedimento de definição racial dos beneficiários



Fonte: GEMAA.

Percentual de vagas reservadas

Outro dado interessante é a porcentagem de vagas do total que são redistribuídas pelos programas de ação afirmativa nas 59 universidades que adotam a modalidade das cotas. O estardalhaço gerado pela primeira versão do programa de cotas da UERJ, que reservou uma quantidade muito elevada de vagas para candidatos negros e alunos de escola pública deixou em muitos a impressão de que essas políticas reservam quantidades percentuais tão elevadas de vagas, que os demais candidatos não teriam mais chances de participar. Contudo, nossa pesquisa revela que a grande maioria dos programas com ações afirmativas em 2011 se concentra na faixa que vai de 20% a 50% das vagas, e somente dois, de um total de 59, ultrapassam 50%. As variações são em grande medida explicadas pelas diferentes características demográficas de cada região.

Tabela 11: Proporção das vagas reservadas nas 59 universidades que adotam a modalidade das cotas

Proporção	Nº	%
51% ou mais	2	3,4%
50%	18	30,5%
Entre 40 e 49%	12	20,3%
Entre 30 e 39%	6	10,2%
Entre 20 e 29%	14	23,7%
Entre 10 e 19%	5	8,5%
5% ou menos	2	3,4%
Total	59	100%

Fonte: GEMAA.

Quadro 3: Universidades, tipos de programas adotados e proporção das cotas sobre o total de vagas

Norte	Tipo	% da cota	Nordeste	Tipo	% da cota	Centro-Oeste	Tipo	% da cota	Sudeste	Tipo	% da cota	Sul	Tipo	% da cota
UEA	1; 3	80%	UESC	1; 3	50%	UNEMAT	1; 3	25%	UFF	1; 2	20%	UFPR	1; 3	40%
UEAP	1	10%	UEFS	1; 3	50%	UEG	1	45%	UEMG	1	45%	UEL	1; 3	40%
UFPA	1; 3	50%	UERN	1; 2	50%	UFMT	1	50%	UFABC	1	50%	UEPG	1; 3	33%
UFRA	1	*	UEMA	1	20%	UEMS	1	30%	UENF	1	45%	UEM	1; 3	20%
UFT	1	5%	UEPB	1	50%	UFG	1	20%	UERJ	1	45%	UENP	3	-
			UESB	1; 3	50%	UnB	1; 3	20%	UFES	1	40%	UERGS	1	60%
			UESPI	1	10%	UFGD	1; 3	25%	UFJF	1	50%	UFRGS	1	30%
			UFAL	1; 2	20%				UFMG	2	-	UFSC	1; 3	30%
			UFBA	1; 3	45%				UFOP	1	30%	UFSM	1; 3	35%
			UFMA	1; 3	50%				UFSCAR	1; 3	20%	Unioeste	3	-
			UFPE	2	-				UNICAMP	2	-	Unipampa	1	50%
			UFPI	1	20%				UNIFESP	1	10%	UTFPR	1	50%
			UFRB	1; 3	43%				Unimontes	1	45%	Unicentro	3	-
			UFRN	2	-				USP	2; 3	-			
			UFRPE	2	-				UFVJM	1	50%			
			UNEB	1	45%				UFRRJ	1; 2	20%			
			UPE	1	20%				UFSJ	1	50%			
			UVA	1	5%				UFTM	2	-			
			UNCISAL	1	20%				UFU	1	25%			
			UFS	1; 3	50%				UFV	2	-			
			UNEAL	1	50%				UEZO	1	45%			
			UNIVASF	1; 2	50%				UFRJ	1	20%			
									UFSJR	1	50%			

1 = cota ; 2= Bônus; 3 = Acréscimo de vagas

* A cota é proporcional ao número de candidato de cada grupo beneficiário inscritos no vestibular.

Fonte: GEMAA.

Definição dos beneficiários das Aas raciais

Tabela 12: Definições dos beneficiários das ações afirmativas raciais, tal como consta nas leis e resoluções

Denominação dos candidatos	Nº	%
Negros	16	40%
Pretos ou pardos	9	22,5%
Negros (pretos ou pardos)	8	20,0%
Afro-descendentes	5	12,5%
Afro-brasileiros	1	2,5%
Negros ou pardos	1	2,5%
Total	40	100,0%

Fonte: GEMAA.

Alcance e abrangência da ação afirmativa em 2011: total das vagas reservadas

Além de verificar quantas universidades adotavam as políticas de ação afirmativa em 2011, é fundamental indagar a magnitude e abrangência que essas políticas assumem. É legítimo supor, por exemplo, que algumas universidades adotem programas de baixo potencial inclusivo

Por esse motivo, cruzamos os dados do levantamento acerca do percentual de vagas reservadas nos programas de ação afirmativa com os microdados do Ensino Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que proporcionam informações sobre o número de vagas oferecidas nos vestibulares das universidades.

Os dados globais desse cruzamento apontam alguns resultados interessante: 9,3% das vagas disponíveis nos vestibulares de 1º e 2º semestre das universidades públicas estaduais e federais em todo o Brasil estão reservadas para candidatos pretos e pardos pelo regime de cotas fixas. Esse percentual é de 11,3% para alunos egressos de escolas públicas e de baixa renda. Outros candidatos (indígenas, deficientes etc) usufruem de 2% das vagas, desconsiderados os programas de acréscimo de vagas – que, aliás, não apresentam números muito expressivos.

Tabela 13: Estimativa da quantidade de vagas reservadas pelas universidades que adotam cotas

	N	%
Cotas raciais	22.289	9,3%
Cotas sociais	27.229	11,3%
Demais beneficiários	4.516	2,0%
Total de vagas reservadas	54.034	22,6%
Total de vagas ofertadas	239.943	100%

Fonte: GEMAA.

Os cálculos são aproximados e não foram consideradas universidades municipais, faculdades, institutos superiores, centros universitários etc. Além disso, foram levadas em conta apenas as vagas para cursos presenciais oferecidas em regime regular, isto é, não foram incluídas outras formas de ingresso na universidade, como avaliação seriada ou outros tipos de seleção. Com isso, o cálculo foi feito tendo como base 239.943 vagas oferecidas anualmente. Os dados são do ano de 2008.

É importante salientar ainda que não foi possível considerar no cálculo aquelas universidades que tem um regime flexível de cotas, estipulando-as de acordo com a demanda no vestibular. Porém, são apenas três – UEAP, UFRA e UFMT – as universidades que adotam esse modelo. Por motivos óbvios, o cálculo também não abrange o sistema de bonificação no vestibular, que tem resultado variável de acordo com o desempenho dos candidatos. Tampouco pudemos incluir universidades de criação pós-2008, pois os microdados do Inep ainda não as abrangiam. Com isso, no cálculo total foram consideradas 90 das 98 universidades hoje existentes e 55 dos 70 programas de ação afirmativa em prática nas universidades.

Qualidade do ensino ofertado e ação afirmativa

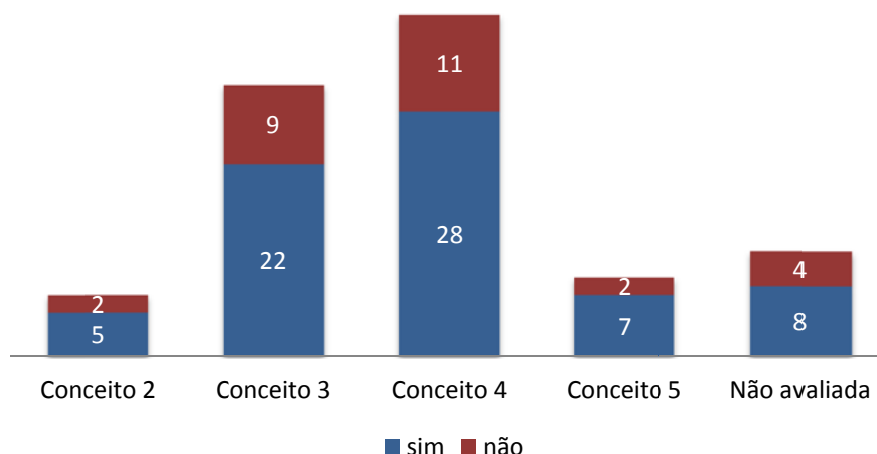
É preciso verificar ainda a relação entre a qualidade do ensino ofertado nas universidades e a adoção de políticas de inclusão. É importante investigar a hipótese de que universidades com mais tradição e melhor desempenho em exames nacionais tenham mais reservas em relação à ideia de instituir programas de inclusão, considerando-se que o debate sobre a ação afirmativa no Brasil é tão permeado por argumentos de desqualificação dos beneficiários

dessas políticas. Por esse motivo, cruzamos os conceitos obtidos pelas universidades públicas no exame nacional promovido pelo Inep com os dados acerca da proporção de vagas reservadas nos vestibulares.

Trata-se do IGC 2008 (Índice Geral de Cursos da Instituição), que avaliou o desempenho dos estudantes no Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), bem como o corpo docente, a infraestrutura e a organização didático-pedagógica da universidade durante o triênio 2006-2007-2008. O resultado final foi expresso em valores contínuos, que vão de 0 a 500, e em faixas, de 1 a 5. Vale lembrar que duas instituições – USP e Unicamp – não participaram da avaliação, por discordarem da metodologia adotada. Contudo, como ambas ocupam as 2^a e 4^a posições no Webometrics Ranking Web of World Universities relativas à América Latina⁴, ficando à frente de todas as universidades que obtiveram conceito 5 no IGC, tomamos a liberdade de atribuir-lhes o conceito máximo.

Nenhuma universidade pública obteve conceito inferior a 2. É forte indicativo da qualidade média superior do ensino universitário nas instituições públicas de ensino brasileiras em relação à rede privada o fato de as primeiras terem obtido uma média de 296 pontos em uma escala de 0 a 500, enquanto as últimas obtiveram a média de 209 pontos.

⁴ http://www.webometrics.info/top100_continent.asp?cont=latin_america

Gráfico 5: Adoção de políticas de ação afirmativa em função do conceito da instituição segundo o INEP

Fonte: GEMAA.

À primeira vista, os dados obtidos parecem indicar que a hipótese de reservas em relação à ação afirmativa nas melhores universidades não se confirma, pois em todas as faixas há um número expressivo de universidades com programas dessa natureza. Contudo, para refinar a análise é pertinente incluir dados não apenas acerca da adoção ou não da ação afirmativa, mas também da magnitude desses programas. E esse cálculo é revelador: pela tabela, percebemos que o percentual de vagas reservadas para a ação afirmativa decresce à medida que o conceito da universidade sobe.

Tabela 14: Estimativa da quantidade total de vagas reservadas pelas universidades de acordo com o conceito delas segundo o INEP

Avaliação INEP	N total de vagas	N de vagas reservadas	% de vagas reservadas
Conceito 2	13.958	4.249	30,4%
Conceito 3	89.745	21.503,3	24,0%
Conceito 4	101.421	22.352,5	22%
Conceito 5	25.586	1.413,9	5,5%

Fonte: GEMAA.

Tabela 15: Estimativa da quantidade de vagas reservadas para pretos e pardos pelas universidades de acordo com o conceito delas segundo o INEP

Avaliação INEP	N total de vagas	N de vagas reservadas	% de vagas reservadas
Conceito 2	13.958	1.833,6	13,1%
Conceito 3	89.745	11.161,4	12,4%
Conceito 4	101.421	7.966	7,9%
Conceito 5	25.586	7.67,1	3%

Fonte: GEMAA.

Em síntese, embora algumas das universidades de mais prestígio adotem programas de ação afirmativa, elas abraçam com menos entusiasmo as metas de inclusão, estipulando cotas mais reduzidas ou optando pelo sistema de bonificação no vestibular.

Cotas raciais e composição demográfica: índice de inclusão racial

Outro aspecto importante a observar é a distribuição regional e por beneficiário das vagas reservadas pelo regime de cotas. Podemos observar pela tabela abaixo que a região sul é a que oferece o mais alto percentual de vagas pelo sistema, privilegiando os alunos de escola pública. Já as regiões nordeste e centro-oeste são aquelas que mais se mostram receptivas às cotas raciais, enquanto o sudeste é ao mesmo tempo a região que menos reserva vagas tanto de modo geral como para candidatos pretos e pardos.

Tabela 16: Estimativa da quantidade de vagas reservadas pelas universidades de acordo com a região

	% cotas para escola pública e baixa renda	% cotas raciais	% outros beneficiários	% total de cotas
Norte	8,7%	9,3%	4,7%	22,7%
Nordeste	10,3%	12,3%	0,8%	23,4%
Centro-Oeste	9,6%	13,5%	1,7%	24,9%
Sul	18%	7,6%	0,6%	26,2%
Sudeste	10,4%	5%	2,9%	18,3%

Fonte: GEMAA.

Esses dados não fazem sentido se não levarmos em consideração a composição de cor das populações das diferentes regiões do país e sua correlação com o percentual de cotas raciais. Para esse propósito, calculamos a razão entre o percentual de cotas raciais estabelecidas nas universidades das diferentes regiões do país e a proporção de indivíduos pretos e pardos em cada uma delas. Quanto mais próximo de 1, melhor o índice de inclusão racial em cada região.

Tabela 17: Razão entre o percentual de cotas e a composição racial da população em cada região (índice de inclusão racial)

	% cotas raciais	% pretos e pardos na população	Índice de inclusão racial
Norte	9,3%	75,8%	0,12
Nordeste	12,3%	70,8%	0,17
Centro-Oeste	13,5%	57,3%	0,23
Sul	7,6%	20,9%	0,36
Sudeste	5,0%	42,3%	0,12

Fonte: GEMAA.

Gráfico 6: Mapa do potencial inclusivo das cotas raciais por região



Fonte: GEMAA.

Como citar

Feres Júnior, João; Daflon, Verônica; Campos, Luiz Augusto. A ação afirmativa no ensino superior brasileiro (2011). *Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA)*, IESP-UERJ, 2011, pp. 1-20.